

**Contrata Consultor
na modalidade Produto**

PROJETO 914BRZ1071 EDITAL Nº 9/2022

1. Perfil: **Direito**
2. Nº de vagas: **6**
3. Qualificação educacional: **Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em Direito, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).**
4. Experiência profissional: **Experiência profissional de 02 (dois) anos em atividades jurídicas e/ou administrativas, no âmbito da Administração Pública a ser comprovada por meio de documentos oficiais.**
5. Atividades: **Consultor nº 01 – Seção Judiciária do Rio Grande do Sul: Documento Técnico “A” – Atividades: Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil; Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas ao instituto de abatimento de 1% do saldo devedor para médicos, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo; Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros e estudantes no processo de requerimento do abatimento de 1% do saldo devedor do FIES para médicos, levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes; Documento Técnico “B” – Atividades: Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil; Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas ao instituto do baixo aproveitamento acadêmico, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo; Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento das Instituições de Ensino Superior e estudantes no processo de verificação do baixo aproveitamento acadêmico nos financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes; Documento Técnico “C” – Atividades: Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil; Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas à absorção por morte do saldo devedor dos contratos de FIES, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo; Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, estudantes/fiadores no processo de absorção por morte do saldo devedor dos contratos de financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes; Documento Técnico “D” – Atividades: Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil; Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas ao aditamento de dilatação, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo; Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento das Instituições de Ensino Superior e estudantes no processo de aditamento de dilatação dos contratos de financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes; Documento Técnico “E” – Atividades: Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil; Analisar as ações judiciais relacionadas à renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo; Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies e estudantes no processo de renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes. Documento Técnico “F” – Atividades: Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil; Analisar as ações judiciais relacionadas ao aditamento de encerramento do financiamento estudantil (Fies), com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo; Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento das Instituições de Ensino Superior e estudantes no processo de aditamento de encerramento dos contratos de financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes. Consultor nº 02 – Seção Judiciária de Santa Catarina: Documento Técnico “A” – Atividades: Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil; Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas ao instituto de abatimento de 1% do saldo devedor para médicos, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo; Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros e estudantes no processo de**

requerimento do abatimento de 1% do saldo devedor do FIES para médicos, levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes; Documento Técnico “B” – Atividades: Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil; Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas ao instituto do baixo aproveitamento acadêmico, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo; Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento das Instituições de Ensino Superior e estudantes no processo de verificação do baixo aproveitamento acadêmico nos financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes; Documento Técnico “C” – Atividades: Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil; Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas à absorção por morte do saldo devedor dos contratos de FIES, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo; Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, estudantes/fiadores no processo de absorção por morte do saldo devedor dos contratos de financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes; Documento Técnico “D” – Atividades: Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil; Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas ao aditamento de dilatação, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo; Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento das Instituições de Ensino Superior e estudantes no processo de aditamento de dilatação dos contratos de financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes; Documento Técnico “E” – Atividades: Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil; Analisar as ações judiciais relacionadas à renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo; Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies e estudantes no processo de renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes; Documento Técnico “F” – Atividades: Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil; Analisar as ações judiciais relacionadas ao aditamento de encerramento do financiamento estudantil (Fies), com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo; Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento das Instituições de Ensino Superior e estudantes no processo de aditamento de encerramento dos contratos de financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes; Consultor nº 03 – Seção Judiciária do Espírito Santo: Documento Técnico “A” – Atividades: Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil; Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas ao instituto de abatimento de 1% do saldo devedor para médicos, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo; Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros e estudantes no processo de requerimento do abatimento de 1% do saldo devedor do FIES para médicos, levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes; Documento Técnico “B” – Atividades: Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil; Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas ao instituto do baixo aproveitamento acadêmico, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo; Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento das Instituições de Ensino Superior e estudantes no processo de verificação do baixo aproveitamento acadêmico nos financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes; Documento Técnico “C” – Atividades: Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil; Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas à absorção por morte do saldo devedor dos contratos de FIES, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo; Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, estudantes/fiadores no processo de absorção por morte do saldo devedor dos contratos de financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes; Documento Técnico “D” – Atividades: Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil; Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas ao aditamento de dilatação, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo; Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento das Instituições de Ensino Superior e estudantes no processo de aditamento de dilatação dos contratos de financiamentos estudantis (Fies),

levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes; Documento Técnico “E” – Atividades: Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil; Analisar as ações judiciais relacionadas à renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo; Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies e estudantes no processo de renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes. Documento Técnico “F” – Atividades: Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil; Analisar as ações judiciais relacionadas ao aditamento de encerramento do financiamento estudantil (Fies), com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo; Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento das Instituições de Ensino Superior e estudantes no processo de aditamento de encerramento dos contratos de financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes; Consultor nº 04 – Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul: Documento Técnico “A” – Atividades: Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil; Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas ao instituto de abatimento de 1% do saldo devedor para médicos, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo; Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros e estudantes no processo de requerimento do abatimento de 1% do saldo devedor do FIES para médicos, levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes; Documento Técnico “B” – Atividades: Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil; Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas ao instituto do baixo aproveitamento acadêmico, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo; Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento das Instituições de Ensino Superior e estudantes no processo de verificação do baixo aproveitamento acadêmico nos financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes; Documento Técnico “C” – Atividades: Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil; Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas à absorção por morte do saldo devedor dos contratos de FIES, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo; Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, estudantes/fiadores no processo de absorção por morte do saldo devedor dos contratos de financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes; Documento Técnico “D” – Atividades: Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil; Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas ao aditamento de dilatação, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo; Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento das Instituições de Ensino Superior e estudantes no processo de aditamento de dilatação dos contratos de financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes; Documento Técnico “E” – Atividades: Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil; Analisar as ações judiciais relacionadas à renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo; Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies e estudantes no processo de renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes. Documento Técnico “F” – Atividades: Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil; Analisar as ações judiciais relacionadas ao aditamento de encerramento do financiamento estudantil (Fies), com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo; Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento das Instituições de Ensino Superior e estudantes no processo de aditamento de encerramento dos contratos de financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes. Consultor nº 05 – Seção Judiciária do São Paulo: Documento Técnico “A” – Atividades: Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil; Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas ao instituto de abatimento de 1% do saldo devedor para médicos, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo; Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros e estudantes no processo de requerimento do abatimento de 1% do saldo devedor do FIES para médicos, levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes; Documento

Técnico “B” – Atividades: Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil; Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas ao instituto do baixo aproveitamento acadêmico, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo; Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento das Instituições de Ensino Superior e estudantes no processo de verificação do baixo aproveitamento acadêmico nos financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes; Documento Técnico “C” – Atividades: Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil; Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas à absorção por morte do saldo devedor dos contratos de FIES, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo; Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, estudantes/fiadores no processo de absorção por morte do saldo devedor dos contratos de financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes; Documento Técnico “D” – Atividades: Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil; Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas ao aditamento de dilatação, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo; Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento das Instituições de Ensino Superior e estudantes no processo de aditamento de dilatação dos contratos de financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes; Documento Técnico “E” – Atividades: Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil; Analisar as ações judiciais relacionadas à renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo; Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies e estudantes no processo de renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes. Documento Técnico “F” – Atividades: Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil; Analisar as ações judiciais relacionadas ao aditamento de encerramento do financiamento estudantil (Fies), com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo; Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento das Instituições de Ensino Superior e estudantes no processo de aditamento de encerramento dos contratos de financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes. Consultor nº 06 – Seção Judiciária de Paraná; Documento Técnico “A” – Atividades: Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil; Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas ao instituto de abatimento de 1% do saldo devedor para médicos, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo; Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros e estudantes no processo de requerimento do abatimento de 1% do saldo devedor do FIES para médicos, levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes; Documento Técnico “B” – Atividades: Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil; Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas ao instituto do baixo aproveitamento acadêmico, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo; Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento das Instituições de Ensino Superior e estudantes no processo de verificação do baixo aproveitamento acadêmico nos financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes; Documento Técnico “C” – Atividades: Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil; Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas à absorção por morte do saldo devedor dos contratos de FIES, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo; Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, estudantes/fiadores no processo de absorção por morte do saldo devedor dos contratos de financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes; Documento Técnico “D” – Atividades: Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil; Analisar as ações judiciais afetas ao FNDE relacionadas ao aditamento de dilatação, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo; Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento das Instituições de Ensino Superior e estudantes no processo de aditamento de dilatação dos contratos de financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes; Documento Técnico “E” – Atividades: Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento

estudantil; Analisar as ações judiciais relacionadas à renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil, com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo; Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies e estudantes no processo de renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes. Documento Técnico “F” – Atividades: Analisar os normativos afetos ao programa de financiamento estudantil; Analisar as ações judiciais relacionadas ao aditamento de encerramento do financiamento estudantil (Fies), com vistas à verificação do posicionamento do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e proposição de melhorias para defesa do fundo; Analisar o perfil comportamental do agente operador do Fies, agentes financeiros do Fies, Comissões Permanentes de Supervisão e Acompanhamento das Instituições de Ensino Superior e estudantes no processo de aditamento de encerramento dos contratos de financiamentos estudantis (Fies), levantando eventuais impropriedades e necessidade de ajustes.

6. Produtos/Resultados esperados: Consultor nº 1: Documento Técnico “A” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto de abatimento de 1% do saldo devedor dos contratos de FIES para médicos, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa. Documento Técnico “B” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto do baixo aproveitamento acadêmico, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.

Documento Técnico “C” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange aos impedimentos recorrentes em relação à absorção, por morte, do saldo devedor dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa. Documento Técnico “D” –

contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao aditamento de dilatação dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa. Documento Técnico “E” - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto de renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa. Documento Técnico “F” - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais pendentes de cumprimento pelo FNDE, oriundas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao aditamento de encerramento do financiamento estudantil (Fies), enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa. Consultor nº 2: Documento Técnico

“A” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto de abatimento de 1% do saldo devedor dos contratos de FIES para médicos, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa. Documento Técnico “B” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto do baixo aproveitamento acadêmico, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.

Documento Técnico “C” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange aos impedimentos recorrentes em relação à absorção, por morte, do saldo devedor dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa. Documento Técnico “D” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, recepcionadas

no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao aditamento de dilatação dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa. Documento Técnico “E” - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto de renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa. Documento Técnico “F” - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais pendentes de cumprimento pelo FNDE, oriundas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao aditamento de encerramento do financiamento estudantil (Fies), enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa. Consultor nº 3: Documento Técnico “A” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto de abatimento de 1% do saldo devedor dos contratos de FIES para médicos, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa. Documento Técnico “B” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto do baixo aproveitamento acadêmico, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa. Documento Técnico “C” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange aos impedimentos recorrentes em relação à absorção, por morte, do saldo devedor dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa. Documento Técnico “D” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao aditamento de dilatação dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa. Documento Técnico “E” - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto de renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa. Documento Técnico “F” - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais pendentes de cumprimento pelo FNDE, oriundas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao aditamento de encerramento do financiamento estudantil (Fies), enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa. Consultor nº 4: Documento Técnico “A” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto de abatimento de 1% do saldo devedor dos contratos de FIES para médicos, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa. Documento Técnico “B” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto do baixo aproveitamento acadêmico, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa. Documento Técnico “C” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange aos impedimentos recorrentes em relação à absorção, por morte, do saldo devedor dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa. Documento Técnico “D” – contendo estudo e mapeamento

das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao aditamento de dilatação dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa. Documento Técnico “E” - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto de renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa. Documento Técnico “F” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais pendentes de cumprimento pelo FNDE, oriundas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao aditamento de encerramento do financiamento estudantil (Fies), enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.

Consultor nº 5: Documento Técnico “A” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto de abatimento de 1% do saldo devedor dos contratos de FIES para médicos, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.

Documento Técnico “B” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto do baixo aproveitamento acadêmico, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa. Documento Técnico “C” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange aos impedimentos recorrentes em relação à absorção, por morte, do saldo devedor dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa. Documento Técnico “D” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao aditamento de dilatação dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa. Documento Técnico “E” - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto de renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa. Documento Técnico “F” - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais pendentes de cumprimento pelo FNDE, oriundas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao aditamento de encerramento do financiamento estudantil (Fies), enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa. Consultor nº 6: Documento Técnico “A” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto de abatimento de 1% do saldo devedor dos contratos de FIES para médicos, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa. Documento Técnico “B” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto do baixo aproveitamento acadêmico, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa. Documento Técnico “C” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange aos impedimentos recorrentes em relação à absorção, por morte, do saldo devedor dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo

proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa. Documento Técnico “D” – contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao aditamento de dilatação dos contratos de FIES, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa. Documento Técnico “E” - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais oriundas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao instituto de renegociação do saldo devedor dos contratos de financiamento estudantil, enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa. Documento Técnico “F” - contendo estudo e mapeamento das ações judiciais pendentes de cumprimento pelo FNDE, oriundas do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, no que tange ao aditamento de encerramento do financiamento estudantil (Fies), enfatizando a jurisprudência acerca do tema, bem como o contexto jurídico aplicável ao instituto, e desenvolvendo proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa. Para apresentação dos produtos/resultados esperados os consultores atuarão em relação aos processos: Seção Judiciária do Rio Grande do Sul (Consultor 01); Seção Judiciária do Santa Catarina (Consultor 02); Seção Judiciária de Espírito Santo (Consultor 03); Seção Judiciária da Mato Grosso do Sul (Consultor 04); Seção Judiciária do São Paulo (Consultor 05); Seção Judiciária de Paraná (Consultor 06).

7. Local de Trabalho: **Brasília/DF**

8. Duração do contrato: **11 Meses**

9. A contratação será efetuada mediante processo seletivo simplificado composto de 3 (três) etapas. Não serão consideradas candidaturas submetidas fora do prazo previsto, que não estejam no currículo padrão, incompletas ou mal identificadas. A seleção será conduzida por comissão específica. A comissão será formada por no mínimo 3 (três) participantes, sendo 2 (dois) servidores do FNDE, e representante da coordenação do Organismo Internacional.

9.1 A primeira etapa analisará se os candidatos atendem aos requisitos “Qualificação Educacional”, “Experiência Profissional” indicados nos itens 3 e 4, acima, e terá caráter eliminatório. A segunda etapa analisará o grau de atendimento dos candidatos aprovados na primeira fase em relação ao item 9.2, abaixo, e terá caráter classificatório, observando os critérios de pontuação definidos pela comissão de seleção. A terceira etapa consistirá de Entrevista e será realizada com base no item 9.3 deste termo. A avaliação dos currículos, as entrevistas e a análise da documentação comprobatória dos candidatos deverá ser realizada pela Comissão de Seleção. Será realizada classificação e seleção dos candidatos que serão habilitados para a etapa de entrevistas. Os candidatos que obtiverem a maior nota, na soma dos pontos obtidos na análise do item 9.2 e na entrevista, será pré-selecionados para a consultoria, limitado ao número de vagas. O candidato pré-selecionado será convocado a apresentar ao FNDE comprovação de sua habilitação profissional, referente ao atendimento da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis”, documentos pessoais e declarações exigidas pela legislação. Caso o candidato não apresente estes documentos satisfatoriamente ou no prazo indicado.

9.2 Requisitos Desejáveis: **Pós-graduação stricto sensu ou lato sensu em Direito; Experiência profissional de 02 (dois) anos em atividades jurídicas no âmbito da Educação.**

9.3 Entrevista: **A realização de entrevistas poderá ser feita por videoconferência, telefone ou outros meios que a Comissão de Seleção entenda adequado, desde que preservada a isonomia. Caso a Comissão de Seleção entenda necessário, poderá haver a realização de provas ou testes de conhecimentos ou habilidades específicos.**

9.4 Convocação: A comissão convocará os candidatos aprovados através de e-mail e este deverá manifestar interesse à vaga no prazo de 2 dias úteis. A apresentação da documentação pessoal (cópia autenticada ou original do CPF, RG, comprovante de residência, nº de inscrição no INSS, dados bancários) terá um prazo de até 3 dias úteis da convocação.

Caso ocorra desistência do candidato convocado, este fato deve ser formalizado por e-mail ou Termo de Desistência. Nos casos em que não houver manifestação, no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente será convocado.

10. Os currículos deverão seguir o modelo padrão publicado no site do FNDE. <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/selecao-de-consultores>. Não serão aceitos currículos fora deste padrão.

11. Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração

do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas. Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

12. Eventuais questionamentos ou recursos aos resultados deverão ser apresentados no prazo máximo de 5 dias úteis do fato questionado. A comissão responderá aos questionamentos do Processo Seletivo, que poderão, em segundo momento, ser levados ao Coordenador Executivo do Projeto, para subsidiar deliberação do Diretor Nacional do Projeto

Os interessados deverão enviar o CV do dia 25/02/2022 até o dia 03/03/2022 no e-mail ccopi@fnde.gov.br, com o número do edital e o nome do perfil informados no campo assunto. Serão desconsiderados os CVs remetidos após a data limite indicada neste edital. 9/2022.